

## Entrevista à Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Góis, Maria de Lurdes Castanheira

**Varzeense: Volvido um ano desde que assumiu funções como provedora da Santa Casa da Misericórdia de Góis, que balanço faz deste primeiro mandato?**

**Provedora:** Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade ao "Varzeense" de nos permitir fazer o balanço. É um balanço francamente positivo, não só naquilo que foi a concretização de objetivos imateriais, mas também no exercício das contas e no investimento que tínhamos programado. Conseguimos passar o ano com um resultado positivo.

Naturalmente, que se por um lado conseguimos transmitir mais confiança, a quem apostou neste projeto por mim liderado, por outro motiva-nos para os exercícios seguintes.

Sendo que, deixo esta ressalva, um exercício positivo tranquiliza-nos, mas não nos pode deixar, não vou dizer "adormecidos", mas conformados.

Nós temos um calendário para 2026 e 2027, um calendário de compromissos com recursos humanos que derivam das portarias que saíram da atualização de vencimentos com retroatividade a janeiro de 2024, acrescida da atualização publicada em 2025 e para 2026. No cômputo geral, estamos a falar de encargos com pessoal, nos próximos dois anos, 2026 e 2027, de mais de 52 mil euros. Conseguimos fazer um acordo com os trabalhadores, que vamos pagar em 24 mensaldades, portanto durante dois anos. Todos concordaram e vamos chegar ao fim de 2027 com esses valores regularizados.

Mas, voltando um bocadinho atrás, o balanço é assim: dá-nos motivação, dá-nos esperança, é um pequeno voto de confiança, no fundo é a resposta a esse voto de confiança de quem votou no nosso projeto, porém obriga-nos a fazer uma gestão ainda mais criteriosa e ainda mais rigorosa, salvaguardando sempre aquilo que nos transcende e falamos em concreto de custos não planeados.

Há despesas imprevistas e inadiáveis que colidem com essa gestão criteriosa e rigorosa, precisamente porque são imprevisíveis, não estamos a contar com elas e temos que arranjar meios financeiros para lhes dar resposta. Essa é a nossa maior preocupação, porque todas as despesas que saem fora do orçamento impedem-nos de realizar investimentos.

E isso também era o nosso objetivo para este quadriênio: conseguirmos fazer alguns investimentos. Não iremos desistir, porque ainda acreditamos que vamos concretizar alguns, seguramente não todos, porque não vamos nunca hipotecar o futuro da Santa Casa da Misericórdia.

**Varzeense: Já referiu a vertente financeira. Qual é, concretamente, o valor do saldo registado?**

**Provedora:** O valor do exercício de 2025 ronda os 68 mil euros positivos, é certo que o valor pode parecer muito reduzido, porém convém salientar 2 aspetos, um que é este saldo é contabilístico, logo considera no seu apuramento as amortizações contabilísticas, que o diminuem bastante. Por outro, e não, menos importante, o facto de vivermos no País e no Mundo momentos difíceis em termos financeiros que vieram encarecer sobremaneira a aquisição de bens alimentares, dos custos energéticos e tantos outros, e ter num ano tão difícil em termos económicos saldo positivo é para nós motivo de orgulho.

**Varzeense: Como é que foi possível alcançar essa recuperação financeira?**

**Provedora:** Esta recuperação deve-se sobretudo a dois ou três fatores. Primeiro, apoios — apoios que já vinham do passado. E aqui quero deixar o meu maior agradecimento à Câmara Municipal de Góis. É um duplo agradecimento: pelo apoio financeiro e até outro tipo de apoio logístico, mas também pela forma como têm gerido este meu compromisso com a Misericórdia. Quer da parte do senhor presidente, quer dos restantes membros do executivo, por me permitirem conciliar o voluntariado com o meu exercício enquanto trabalhadora da Câmara Municipal. Porque o voluntariado, eu sou das pessoas que mais aposta e acredito, mas muitas vezes não se compadece com a realidade das instituições. Há momentos, ainda que tenhamos uma equipa na retaguarda, que é importante que se façam, que se tomem decisões, que sejam resolvidos assuntos que vão muito além daquilo que é a hora do voluntariado. Reforço o meu duplo agradecimento, pela disponibilidade e pela forma tolerante, compreensiva e solidária com que a Câmara tem estado ao lado da instituição e também ao lado daquilo que é o exercício do cargo de provedora.

Depois, tivemos duas entradas de meios financeiros importantes que contribuíram bastante para este exercício: a alienação de um terreno rústico que vendemos, que era nossa propriedade, fruto de uma herança, que deu um encaixe de 25 mil euros, e também a majoração do apoio domiciliário para territórios de baixa densidade. É certo que passou o ano de 2024 e já íamos praticamente a meio de 2025 quando começaram a pagar essa majoração. Ainda estamos para perceber o porquê, porque o que tinha sido prometido às Misericórdias era que iniciar-se-ia no ano de 2024. Mas foi também um valor de cerca de 10 mil euros que entrou a mais, que não estávamos a contar.

Portanto, 10 mil com 25 mil são 35 mil euros, e esses

dois valores contribuíram de forma inequívoca para o exercício positivo. Tivemos ainda entrada de novos sócios, de irmãos, bastante simpática, e isso também é um dos nossos desígnios, levar a Misericórdia junto do maior número de pessoas.

Para 2026, estamos a fazer um grande apelo à consignação de 1% do IRS. Eu própria dou o exemplo e apelo para que o façam. Não nos traz nenhum prejuízo de podermos doar a uma instituição. Temos verificado que esses valores têm vindo a crescer bastante nos últimos cinco anos.

No fundo, tudo isto, a majoração, a venda do terreno, mais a atualização dos acordos, que são atualizados anualmente, foi, de facto, o que nos permitiu apresentar contas positivas.

**Varzeense: Quais são as principais dificuldades que encontra na gestão da instituição?**

**Provedora:** Eu fui, durante muitos anos, voluntária em várias instituições do concelho de Góis. Comecei com o Sr. Padre Ramiro, na vice-presidência do Centro Paroquial de Alvares, e cessei no momento em que fui eleita presidente de Câmara. Estive também muitos anos como dirigente da ADIBER, mas, em janeiro de 2010, como era presidente de Câmara, achei que devia apenas manter-me como associada. Volvidos estes anos, 37 anos de Góis, começo a considerar que organizações como a Santa Casa da Misericórdia, ou outra qualquer IPSS, é difícil de se compadecer com o voluntariado.

Porque, na minha opinião, o provedor ou provedora deve ser o CEO da entidade, deve ter tempo para definir estratégia, ir à procura de meios financeiros, deslocar-se, ter uma rede de contactos. E muitas vezes sinto que me falta tempo.

Estamos a falar de uma instituição com cerca de 50 postos de trabalho, 47 efetivos e 3 prestadores de serviço, o que numa perspetiva de mercado é uma média empresa.

Há muitas misericórdias no país que já têm gestores a tempo inteiro, remunerados. Eu nunca equacionei essa situação, desde logo porque temos uma estrutura financeira que nem podemos pensar sequer em aumentar as despesas com o pessoal, já bem basta os que derivam do funcionamento normal. Estamos numa instituição que é difícil a administração, pensamos todos os dias nas despesas e é muito difícil contarmos com receitas extras. Quando nós estamos aqui, estamos cá como voluntários, mas há um grau de exigência que obrigava com certeza a uma outra dedicação e a outra disponibilidade. Não coloco em causa que quem cá está não seja capaz, mas também para estar aqui não pode também andar a fazer contactos no exterior, a fazer deslocações, a ver quais são os meios financeiros disponíveis.

Depois há outra questão que, para mim, é de relevante importância: há muitas misericórdias no país e é injusto que o tratamento seja igual para todas. Pode haver, tal como houve a majoração para SAD para os territórios do interior e de baixa densidade. E assim podia haver aqui uma discriminação pela positiva, porque não é a mesma coisa fazer um apoio domiciliário ou fazer transportes diários num território disperso como é o concelho de Góis, com aldeias distantes, do que fazer às portas da cidade de Lisboa, de Cascais ou de Sintra. Essas misericórdias têm um património e um conjunto de serviços com muitas despesas, mas com uma capacidade de investimento que nós não temos.

Todo o investimento que a Santa Casa fez desde a sua reativação, 1989, foi sempre com recurso à banca. A ERPI de Vila Nova do Ceira foi construída com recurso à banca, alguns investimentos que aqui se fizeram foi com recurso à banca, que eu aplaudo, parabênzo e dou os parabéns aos anteriores provedores, seja o falecido Sr. Dr. José Cabeças, seja o Sr. José Serra, bem como e a todos os órgãos sociais. Porque nós para podermos ir à banca contrair um empréstimo temos que ter a aprovação da Mesa Administrativa e da respetiva Assembleia Geral, portanto todos a corpos diretivos do passado e do presente, nós temos que, de facto, lhes estar gratos, porque nos deram esse voto de confiança. Nós no atual exercício ainda não fizemos nenhum recurso à banca e estamos a pagar ainda alguns empréstimos que foram feitos para investimento.

Com as despesas que temos com o pessoal, não excluimos a possibilidade de para não falhar com o pessoal que não tenhamos que recorrer a uma conta caucionada, com uma taxa de juro baixíssima. Tenho a certeza que qualquer um dos dirigentes da Mesa Administrativa seriam solidários, para não falhar nem com fornecedores nem com o pessoal, embora até agora não tenha sido necessário.

**O Varzeense: E no que diz respeito a projetos e candidaturas, que perspetivas existem?**

**Provedora:** Fazer investimento é sempre difícil, porque os projetos não são financiados a 100%. Dou como exemplo a candidatura feita e aprovada no âmbito do "PRR- Mobilidade Verde" e no apoio disponibilizado pelo Município de Góis e pela ADIBER, a quem agradeço, no âmbito da "no apoio na instrução do Processo de Lançamento do Concurso. Assim pela primeira vez temos uma



Um ano depois de assumir funções, Lurdes Castanheira faz balanço "francamente positivo"

viatura que nos permite transportar idosos com mobilidade reduzida, porque permite transportar utentes em cadeiras de rodas, adquirimos uma carrinha elétrica, amiga do ambiente e respeitadora dos objetivos do desenvolvimento sustentável, mas tivemos que ter o autofinanciamento.

A Câmara Municipal ajudou-nos numa parte, mas a outra parte é uma verba que sai de onde praticamente não há, porque nós não temos excedentes financeiros. Também, através da ADIBER, fizemos, no passado, a candidatura à requalificação da Capela do Mártir, que vamos em breve realizar a sua inauguração. Mas também tivemos que entrar com o nosso autofinanciamento, e também pedimos na altura apoio à Câmara Municipal, a algumas Juntas de Freguesia, a algumas comunidades locais de baldios, que também nos têm ajudado, e à Cooperativa de Vila Nova do Ceira. Sempre que nós apresentamos uma candidatura há sempre esse constrangimento, que, para nós, ainda que seja pouco, o autofinanciamento tem peso. Ainda assim, temos conseguido cumprir.

Conseguimos concretizar algumas das nossas metas para 2025, que foi encerrar o investimento do Mártir, concluir o projeto da "Mobilidade Verde" e conseguimos apresentar o novo website, que, neste momento, está aberto ao mundo. Cumprimos estas três metas, o que nos deixa bastante felizes, não foi preciso grande investimento e dois projetos vinham do passado.

Para 2026, temos a candidatura ao Fundo Rainha Dona Leonor, um fundo específico e exclusivo para as misericórdias do país, gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Estão abertas candidaturas para recuperação de património e nós decidimos que a nossa candidatura recaia na Igreja do Pombal, que está em muito mau estado, sendo o telhado a prioridade. Tivemos o apoio da Câmara Municipal de Góis, no ano passado, para a pintura, um valor de 5 mil euros, que está guardado, porque não valia a pena avançar sem antes arranjar o telhado.

Pretendemos intervir na parte que vai de acesso ao antigo relógio, que é uma relíquia, e um património valiosíssimo. Consta-se, na história, que só há no país três relógios iguais aos da misericórdia e, portanto, nós vamos preservar esse património. Embora hoje tenhamos um relógio automático, que foi oferecido pela Junta de Freguesia de Góis, queremos preservar tudo.

Estamos neste momento, com a ajuda da Câmara Municipal, que nos está a dar o apoio técnico no levantamento topográfico e na elaboração das peças que são necessárias, estamos a estruturar a candidatura. Vamos candidatar-nos ao teto máximo, onde possa ser feita a requalificação do telhado, a melhoria e requalificação do acesso ao antigo relógio, trabalhos de pintura e arranjo de todas as pedras, porque as pedras têm muitos anos e exige uma intervenção especializada para não haver ali nenhum atentado à fachada da Igreja. A Casa Mortuária precisa também de intervenção no interior. Há ali muito salitre e muita humidade. Portanto, a nossa candidatura é importante. Este é o projeto que vamos eleger para 2026 e espero que seja aprovado.

Outra aposta para 2026 é a criação do arquivo digital, com a digitalização de documentação que está dispersa por vários edifícios, que nós queremos salvaguardar. Vamos apostar na digitalização dos documentos e na concentração de todo o arquivo físico num só espaço.

Depois, há ideias para o futuro, como dar uma resposta ao antigo Hospital Rosa Maria, eventualmente com parcerias público-privadas na área da saúde, com cuidados continuados ou paliativos, mas temos sempre que negociá-

continuação da pág. 10

-las com a Segurança Social para posteriormente haver cooperação, a não ser que pudéssemos ali criar uma unidade privada, como na ERPI de Vila Nova de Ceira, onde temos uma ala com 10 camas, licenciada e com alvará, que não tem qualquer participação do estado, mas é a âncora das finanças desta casa.

É, de facto, a âncora e, por isso, não me canso de dar os parabéns e de enaltecer quem esteve na génese e quem teve esta feliz ideia de criar uma ala com 10 camas em regime privado. Há sempre quem possa pagar e há quem não possa. Na edição do semanário "Expresso", do dia 18 de abril, traz duas páginas onde alerta para a falta de camas e para aquilo que vem a ser o crescendo das unidades privadas e da impossibilidade de quem não tem meios financeiros de aceder a essas camas, cujos valores podem ir dos 1500 a 3000 euros. Diz-nos mesmo que neste âmbito, dentro do estudo que foi feito pela OCDE, que Portugal ocupa o lugar que em nada nos orgulha na resolução das camas, particularmente para quem tem poucos recursos financeiros. Portanto, quando nós fixamos valores em que a reforma do utente não chega, temos que envolver as famílias.

Hoje, os filhos, os netos contam o dinheiro para chegar ao fim do mês e é tão difícil quando nós temos de comunicar a um qualquer familiar a dizer que todos os meses vai ter que participar com este valor. Mas entre participar e perderem qualidade de vida, mas garantirem bem-estar ao seu familiar, a maior parte das pessoas concorda. No entanto acredito que no futuro algumas pessoas tendam a não cumprir, que até temos já situações dessa natureza neste momento. Os familiares tendam a não cumprir com o compromisso e isso constitui-se num problema difícil de resolver. Difícil porque nós não vamos desalojar ninguém, nós não vamos fazer nenhuma ação de despejo por incumprimento, mas o avolumar de dívidas é da responsabilidade da Mesa Administrativa, não é da Segurança Social. As pessoas têm que ter um compromisso e acredito que muitas pessoas tenham dificuldades em cumprir. E há aqui uma situação que reputa ainda de muito mais grave, que é quando os próprios familiares são os primeiros utilizadores das pensões. Nós estamos preocupados, porque isso constitui-se como uma violação do direito daquele utente e relativamente a esta questão do não salvaguarda dos direitos dos nossos idosos, sou de facto, muito pouco tolerante.

Eu claramente não sei como é que é a realidade das outras instituições, passei por algumas e recordo-me também que já havia algumas dívidas de incumprimento. Deixo aqui um desafio, para que façamos uma reunião de trabalho com todas as IPSS do concelho, no fundo para nós partilharmos aquilo que são as nossas dificuldades e que serão com certeza dificuldades de outras instituições e também para perceber qual é que é o modus operandi de cada uma perante estes constrangimentos.

Destaco ainda a adesão ao novo projeto, que foi apresentado pela União das Misericórdias, "Pequenas Misericórdias do Futuro". No fundo é nós estarmos comprometidos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, acima de tudo com um dos objetivos que é erradicar a pobreza. Já estamos comprometidos ao nível da igualdade de oportunidades e ao nível daquilo que é a humanização dos serviços. Este projeto é muito interessante, foi distribuído material e nós vamos estar atentos como é que se vai desenrolar esta nova parceria, mas novamente queremos fazer parte das misericórdias de futuro.

Eu tenho uma Mesa Administrativa fantástica, com pessoas disponíveis, colaborantes, que confiam e isso também nos permite que façamos uma gestão que nos sintamos confortáveis, mas sempre a prestar contas daquilo que é o nosso trabalho.

Queremos contas certas e gostávamos de fazer investimentos, mas, se os meios financeiros disponíveis não corresponderem à ambição dos projetos, teremos que explicar, no final do mandato, por que é que o nosso grau de compromisso não foi executado, sob pena de não mantermos as contas certas.

**Varzeense: Continua a lamentar a existência de uma dívida superior a 30 mil euros, fruto da receita de um espetáculo no Meo Arena?**

**Provedora:** Todos os dias, todos os dias e não me conformo. Já fiz alguns contactos porque há aqui, de facto, uma coisa que a mim me intriga, que me preocupa e que me cria até alguma instabilidade. Se esse valor do espetáculo, realizado em 2017, era para ser distribuído por sete misericórdias do distrito de Coimbra e de Leiria, porque é que esta situação só incomoda a Misericórdia de Góis? Questiono isso todos os dias e até já confrontei outros provedores se é mesmo só nós.

Temos, em junho, o Congresso Nacional das Misericórdias Portuguesas, em Braga, onde vai ser homenageada a Misericórdia de Macau, que generosamente doou 300 mil euros como donativo para apoio no fenómeno da tempestade "Kristin", tenho esperança que esse assunto seja abordado.

São mais de 30 mil euros que fariam muita diferença no nosso orçamento. Dá para pagar mais de 50% dos encargos que vamos ter, em dois anos, com os aumentos e retroatividade de despesas com o pessoal.

Portanto, o que é que eu pretendo fazer, se não obter nenhuma resposta, é pedir uma reunião com as sete misericórdias que iam ser beneficiadas deste apoio. Se daí não resultar nada, então só há dois caminhos: pedir esclarecimentos, por escrito, à União das Misericórdias, que não pedi por escrito, mas falei várias vezes no as-

sunto e se daí não houver nenhum feedback é colocar a questão à provedoria de Justiça, que é para isso que a Provedoria de Justiça existe, para nos ajudar a resolver esta questão. Nós não podemos é orçamentar um valor de cerca de 31 mil euros anualmente no orçamento e completam-se 10 anos para o ano e não há, nem sequer, uma justificação a dizer vão receber, não vão receber ou esqueçam. Então que nos compensem de outra maneira qualquer. Tem que haver responsáveis neste processo e eu não desisto.

**Varzeense: Quais são as principais dificuldades ao nível dos recursos humanos?**

**Provedora:** Há aqui um grande desafio. Cuidar dos idosos, são profissões complexas, desgastantes. Pese embora o facto de nós cumprirmos com as tabelas remuneratórias, eu hoje aqui afirmo que, de facto, são profissões muito mal pagas, exigentes e mal pagas e, por isso, quem nos dera poder, a alguns dos nossos recursos humanos, que fazem noites, que fazem fins de semana, poder retribuir de uma outra forma. Mas isto está legislado e é difícil o recrutamento e nós temos os idosos todos os dias a precisarem dos nossos serviços.

Temos, sistematicamente, pessoas com baixa, pessoas com situação de doença e fazer uma escala, uma gestão, nestas condições exige um esforço que eu diria titânico e, por isso, enalteço o trabalho de todos. Com os mesmos serviços e no mesmo dia, termos menos quatro ou cinco pessoas implica inventar soluções, é ter a capacidade criativa e de reinvenção. Muitas vezes perguntam: "Mas como é que conseguem?" Conseguimos, com o recurso a horas extraordinárias, porque as pessoas estão disponíveis e fazem mais para superar a falta de um conjunto de pessoas, que provavelmente, por alguns motivos, não estão ao serviço, mas obviamente que não podem ficar prejudicados. O trabalho extraordinário é geralmente gozado, não há aqui, digamos, o princípio de pagamento, porque é difícil para nós, mas claro que as pessoas gozam o tempo, mas enquanto que gozam fazem-nos falta outros serviços, mas é mesmo assim. Estas profissões tinham que ser mais aliciantes, tinham que ser carreiras diferentes. A base é o salário mínimo nacional, mas quem cuida, quem passa aqui uma noite, quem está em sobressalto, quem se confronta com uma pessoa já sem sinais vitais de vida, quem tem que ajudar a vestir uma pessoa que já não está cá, eu acho que isto é um trabalho muito difícil, muito difícil. É preciso gostar mesmo muito.

Tenho que dizer que há aqui uma excelência de uma equipa. Há sempre aqueles momentos que é mais complicado, porque a cultura de trabalho, a cultura de responsabilidade e de compromisso é a base dos nossos recursos humanos. Nós estamos a cuidar de pessoas. Temos que inculcar esse princípio nas pessoas, nos nossos trabalhadores. É que se tu faltas alguém vai sair prejudicado. São importantes a assiduidade e o compromisso da presença.

O trabalho é todo feito em prol de pessoas, nós não podemos falhar nas refeições, nos apoios domiciliários, porque as pessoas estão à nossa espera. Defendo que as requalificações de algumas profissões, com maior exigência de formação, seriam bastante importantes para tornar estas funções mais atrativas. Nos territórios do interior, ainda não vai sendo, na minha opinião, muito difícil digamos que o recrutamento.

Acho que somos uma instituição que cumprimos com tudo, acho que há muito bom ambiente. Nota-se pelo facto de haver pessoas que nunca faltam e só de nota o grau de satisfação e de compromisso. E nós, de facto, temos que enaltecer essa dedicação e essa cultura, essa cultura de profissionalismo e de sentido de responsabilidade.

**O Varzeense: Na sua tomada de posse referiu a intenção de manter e diversificar os serviços. Essa estratégia já começou a ser concretizada?**

**Provedora:** Temos a valência de ERPI, SAD e Centro de Dia. Temos, ainda, aqui um grande Centro de Reabilitação e Bem-Estar, com o topónimo do Sr. Dr. José Cabeças, que nunca conseguimos licenciar. Este serviço é altamente importante internamente, pois os utentes das nossas valências, sempre que precisarem de fisioterapia ou de reabilitação, têm prioridade. Ainda assim, temos imensa gente, mesmo muita gente a querer poder usufruir aqui do Centro de Reabilitação, de Fisioterapia.

Temos uma técnica com a especialidade nessa área, mas digamos que nós não podemos vender esses serviços, porque não estamos licenciados. Neste momento, já temos um dossier com toda a documentação e legislação que permite o licenciamento. Parece-me que o processo é bem mais descomplexo do que no tempo do Sr. Dr. José Cabeças e do Sr. José Serra. Parece-me que hoje está um pouco mais facilitado. Esta será, desde logo, uma aposta clara de diversificação.

Também ao nível do serviço de apoio domiciliário e o centro de dia, eu elejo de facto aqui os serviços, elejo



Apesar das dificuldades, Lurdes Castanheira considera que ser provedora da Santa Casa é "muito gratificante"

e enalteço, porque nós não nos resumimos a levar a refeição e à higiene da casa. Nós fazemos desde a higiene da casa, higiene pessoal, com fins de semana, temos apoio psicossocial, ajustamos os serviços às reais necessidades de cada um dos nossos idosos, mas ainda gostávamos de poder diversificar. Há imensas pessoas que noto uma certa rejeição em ter que voltar para casa e se pudessem pernoitar, como já existiu em tempos um centro noturno, onde as pessoas pudessem ter um valor diário. Eu no inverno, senti aqui, muitas vezes, que as pessoas iam daqui às quatro e meia diretos para a cama, porque está frio, as casas não têm condições e o único sítio onde se está melhor é na cama a partir das cinco horas da tarde. E, portanto, criar aqui uma resposta um bocadinho mais abrangente para aquilo que é o SAD e o Centro de Dia. Ou podermos ter um apoio, não é nossa competência, de forma alguma, a intervenção a nível habitacional, mas com uma parceria abrangente, com serviços públicos, serviços privados e tentarmos mostrar a quem nos gere, a quem nos governa, de como vivem a maior parte dos nossos idosos, que passam um dia fantástico aqui no centro de dia e quando regressam confrontam-se com todas as fragilidades da habitação. A nossa comida é boa, administra-se medicamentos, trata-se da higiene pessoal, cuida-se, mas não chega, ainda não chega. Se o governo quer mesmo apostar em manter as pessoas na sua própria habitação, não a desenraizando o maior tempo possível há que diversificar ainda mais os serviços de SAD e com certeza aumentar a subvenção mensal, para que nós instituições possamos acompanhar.

**Varzeense: O que mais a marcou neste primeiro ano como provedora?**

**Provedora:** Os aspetos positivos suplantam sobremaneira os negativos, por isso vou centrar-me naquilo que é a grandeza da Instituição. Coisas negativas haverá sempre, porque fazem parte de qualquer dinâmica institucional, sobretudo aquelas que são aquelas que ultrapassam qualquer boa gestão.

Pela positiva, a satisfação dos utentes. A autenticidade, o bem-estar, o facto de se sentirem em casa. Nós podemos entrar aqui a qualquer hora do dia, sem ter nada programado, que dificilmente teremos surpresas pela negativa. Eu elejo como positivo o bem-estar que nós permitimos a todos os nossos utentes é gratificante.

Nós conseguimos dar resposta, fazemos muitos quilómetros diariamente, temos várias rotas, mas a equipa responde e isso é muito positivo.

**O Varzeense: É gratificante exercer funções como provedora?**

**Provedora:** Muito gratificante. Para mim, é também um fechar de ciclo. Nos anos 90 tive uma ligação muito forte à instituição, como técnica, e honra-me muito, nos anos que me faltam de situação profissional, naturalmente, espero poder entrar numa situação de aposentação, poder terminar como dirigente e como voluntária da instituição.

Gostava mesmo de poder deixar pouco por fazer, para que as direções vindouras possam fazer novos projetos. Há aqui projetos que têm-se arrastado no tempo, não é por inércia, não é por falta de capacidade dos dirigentes, é porque de facto nós não temos património financeiro, não temos um fundo de manuseio que nos permita o investimento. O investimento é estruturante para o concelho, cria postos de trabalho, cria dinâmicas e as dinâmicas privadas com as dinâmicas públicas desde logo da Câmara Municipal, todas elas engrandeciam ainda mais o concelho. Mas estamos sempre dependentes, o nosso background financeiro é sempre na dependência de alguém, é dos acordos, é de projetos que são ou não aprovados, é de parcerias, é da confiança que depositam em nós.

É termino defendendo que, não me recordo, nas mais de três dezenas de anos no concelho de Góis, ter situações fáceis na minha vida. Tive umas mais fáceis, outras mais difíceis, mas nós nunca desistimos, ainda que seja difícil. E, portanto, inspirei-me na frase de Miguel Torga:

"Mas temos de ser os últimos a desanimar ou não fôssemos nós os serviços da vida e os fiadores da esperança."■